

Emenda dá paridade aos inativos

BRASÍLIA — Por 69 votos a 16, a Comissão de Sistematização aprovou emenda do deputado Horácio Ferraz (PFL-PE) que iguala os proventos dos funcionários aposentados com a remuneração dos que estão em atividade. O deputado José Serra (PMDB-SP) levou um susto: "Isso vai estourar os cofres da Previdência Social e a lei vai ter que aumentar as contribuições dos servidores".

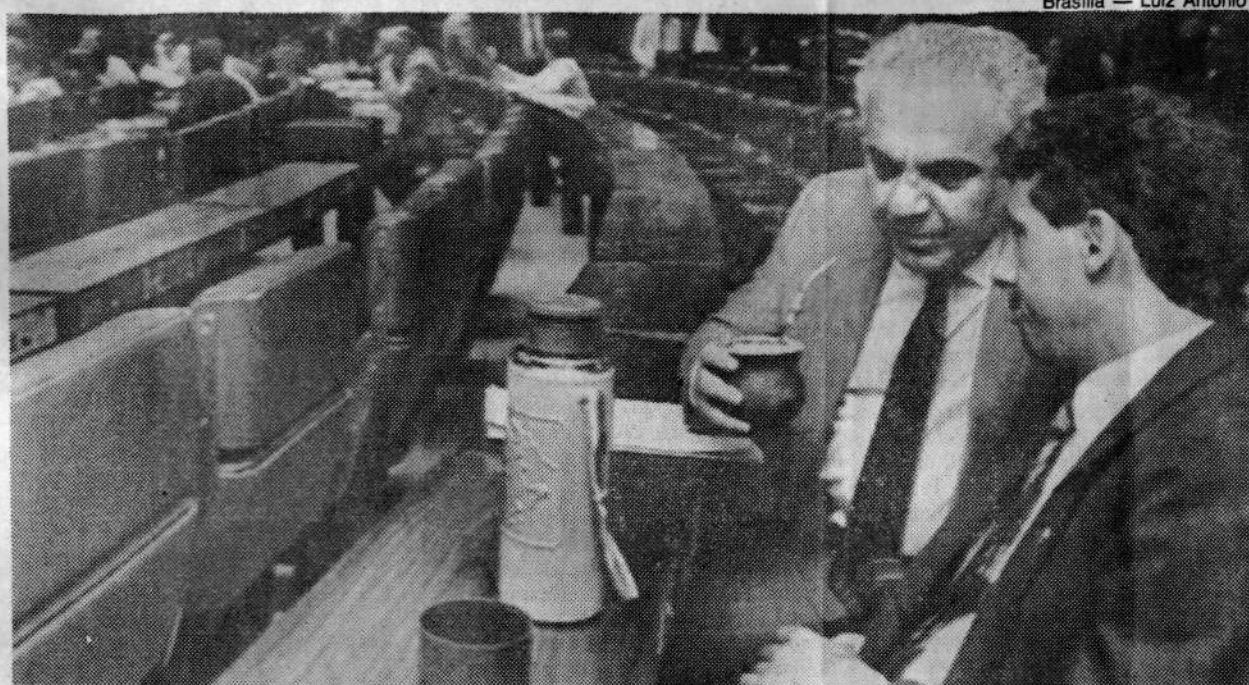
Segundo Serra, o Brasil tem 11 milhões de servidores aposentados para apenas 25 milhões em atividade que contribuem para a Previdência. Ele entende que, se o plenário da Constituinte mantiver a emenda, o aumento da contribuição previdenciária será insuportável, e as empresas repassarão as perdas para seus preços finais.

"O trabalhador é quem vai ser o mais prejudicado". Disse Serra, mal acreditando que só 16 constituintes tenham votado contra a emenda. Na forma elaborada por Bernardo Cabral, o substitutivo dizia apenas que os proventos da inatividade e as pensões seriam reajustadas na mesma proporção da remuneração dos servidores em atividades. Com a aprovação da emenda do Horácio Ferraz, o artigo 47 do projeto de constituição ficou assim:

"Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma."

Servidores — Os reajustes salariais de servidores públicos militares e civis ocorrerão sempre na mesma época e de acordo com os mesmos índices — resolveu a Comissão de Sistematização, acatando emenda do deputado Luís Inácio da Silva (PT-SP), que acrescentou a igualdade dos índices, inexistente no original de Bernardo Cabral. A comissão também resolveu, alterando o texto original, que a aposentadoria das professoras será aos 25 anos de serviço e manteve a dos professores aos 30 anos.

Para apressar os trabalhos, as lideranças dos partidos listaram 30 destaques para votação fora da ordem no anteprojeto. Cada partido votou em primeiro lugar o que achava prioritário. Entre as prioridades, estava a emenda do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) assegurando que a pensão por morte corresponda à totalidade dos vencimentos do servidor, reajustados na mesma época que os salários dos funcionários em atividade. O anteprojeto concedia apenas 50%.



Richa e Fogaça acertam estratégia para apressar votação do parlamentarismo

Sistema de governo entra em pauta

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização começa a votar hoje a organização dos poderes, onde será decidida a questão do sistema de governo. Até terça-feira, o assunto estará resolvido. Os parlamentaristas estão confiantes numa vitória tranquila na comissão. "Temos 57 votos garantidos", afirmou o deputado Israel Pinheiro Filho, um dos principais articuladores do sistema de gabinete. Bastam 47 para alcançar a maioria. "Temos até uma reserva técnica", brinca Israelzinho.

"Vai dar parlamentarismo", admite o deputado José Genoíno (PT-SP), que ontem acertou com o líder do governo, Carlos Sant'Anna, e o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), a estratégia dos presidencialistas. Sentados no fundo do plenário, eles decidiram unificar suas forças em torno de uma emenda de Vivaldo e tentar adiar a discussão para terça-feira. "Quanto mais demorar a votar, melhor para nós", avalia Vivaldo.

Os presidencialistas têm esperança de que a crise do PFL modifique a posição de alguns dos 11 constituintes parlamentaristas do partido. Raciocinam que, se o resultado da reunião de hoje do Diretório pefelista confirmar a permanência no governo, a ala moderna, hoje majoritariamente parlamentarista, pode radicalizar-se contra Sarney.

Do lado parlamentarista, a estratégia está definida. Ela passa por votar o sistema de governo amanhã ou, no máximo, no sábado. Ontem foi distribuído um

manual com as instruções de votação. São 14 páginas datilografadas. Mostrando, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, como devem votar os parlamentaristas. Na coluna da esquerda, o texto; na da direita, a o número e o nome do autor da emenda a ser apoiada. É uma complicada obra de engenharia política, que combina, além de diversos dispositivos do substitutivo do relator Bernardo Cabral, trechos de emendas dos senadores Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Carlos Chiarelli (PFL-RJ), e dos deputados Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Arnaldo Prieto (PFL-RS).

Essa proposta dá menos poderes ao presidente da República no parlamentarismo do que se previa, no grupo, há um mês atrás. Ele não poderá, por exemplo, exonerar o primeiro-ministro nem convocar referendos sobre emendas constitucionais. A última crise ministerial diminuiu entre os defensores do sistema de Gabinete a preocupação de não pisar nos calos de Sarney, chegar a uma fórmula aceitável pelo Planalto e promover uma transição suave. Na reunião em que fecharam a proposta, realizada anteontem na Comissão de Finanças do Senado, o clima predominante era de que a crise política é tão séria que o gradualismo na implantação do parlamentarismo poderia agravá-la ainda mais.

Gradualistas há um mês, José Richa (PMDB-PR), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), Chiarelli, José Ulysses (PMDB-MG), na

reunião, já tendiam para uma solução mais rápida. O ritmo da implantação do parlamentarismo não será votado agora — só entrará na pauta no fim de novembro, no capítulo das Disposições Transitórias —, mas a aproximação entre os adeptos do gradualismo e do parlamentarismo já aumentou o poder de fogo da posição para a votação nos próximos dias. Ontem, Sandra, que tradicionalmente senta-se no fundo do plenário, não parou quieta, conversando muito, enquanto Richa e José Fogaça, tomando chimarrão, acertavam os ponteiros.

"O essencial é a vitória do parlamentarismo agora, com muita força, na parte permanente do substitutivo", diz Sandra Cavalcanti. "Depois nos sentamos para conversar com quem quiser sobre a sua implantação. Se não houver acordo será uma pena. Então não haverá disposições transitórias sobre o assunto", ameaça Sandra. Em outras palavras: nesse caso, o sistema de Gabinete seria implantado sem mediações, logo após a promulgação da nova Constituição.

Sandra acha que a melhor solução, com a vitória do parlamentarismo, é a convocação de eleições gerais para 15 de novembro do ano que vem. O povo elegeeria não apenas vereadores e prefeitos, como está previsto, mas também o presidente da República, os governadores e os deputados. "Estou sentindo que dia a dia cresce o número de constituintes favoráveis à eleição geral."

Trabalhos podem se estender até dia 26 de março

BRASÍLIA — O cálculo mais otimista para a conclusão dos trabalhos da Constituinte fixa em 26 de março de 1988 a promulgação da nova Constituição — se o plenário conseguir encerrar em dois meses os dois turnos de votação previstos no regimento. Isso significa que a Constituinte se dissolverá depois de iniciada a nova sessão legislativa, fixada para 1º de março, quando já deverá entrar em votação a legislação ordinária destinada a regulamentar o sistema eleitoral, inclusive para as eleições municipais de novembro.

As lideranças partidárias já acertaram com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que a lei eleitoral terá prioridade no início dos trabalhos parlamentares do ano que vem. A segunda prioridade será a legislação financeira e tributária. Mas ninguém tem certeza de que a Constituinte concluirá sua tarefa em março, pois o regimento interno não fixa prazos para as votações.

O deputado Konder Reis (PDS-SC), fez um quadro estimativo dos prazos que serão necessários daqui por diante. De hoje até 30 de novembro, a Comissão de Sistematização terá de votar ainda 6 mil emendas e destaques. O que não foi votado nesse período irá para o plenário.

A partir de 30 de novembro, o plenário começará a votar o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização e as emendas que não forem apreciadas por falta de tempo. Um cálculo otimista prevê que essa votação em primeiro turno se encerrará em 30 dias — a 15 de janeiro, porque a Constituinte ficará em recesso de 20 de dezembro a 5 de janeiro.

Nessa data, o projeto volta para a Sistematização onde, durante dez dias, receberá nova redação. No dia 25 de janeiro, o projeto retorna ao plenário onde permanecerá 15 dias. Em 9 de fevereiro, o projeto deverá estar na Comissão de Sistematização, que dará parecer sobre as emendas apresentadas no plenário.

Prorrogação — Sob o argumento de que o regimento foi feito para ajudar, Ulysses defendeu decisão da Mesa da Sistematização, que ampliou o prazo da comissão e estabeleceu, para o dia 4, votações simultâneas com o plenário da assembléia. Houve muita discussão e o próprio Ulysses assumiu a direção dos trabalhos, dizendo ao final: "Eu me pergunto se é certo assumir uma interpretação servil do regimento".

Pela interpretação "servil", se a Sistematização não cumprir o prazo original, o plenário da Constituinte votaria o chamado "anteprojeto zero", o primeiro feito por Bernardo Cabral, compilação do trabalho das comissões temáticas, conhecido como *Frankenstein*.